

CURSO 1



**AS NOVAS REGRAS DO PREGÃO ELETRÔNICO – DECRETO Nº 10.024/2019
CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE PREGOEIROS E EQUIPES DE APOIO**



ALMANAQUE
GESTÃO



As Novas Regras do Pregão Eletrônico – Decreto nº 10.024/2019
Capacitação e Especialização de Pregoeiros e Equipes de Apoio

Enfoque Diferencial – Aplicação Prática
Simulado de Sessão Pública no Comprasnet

Apresentação – Justificativas para a Contratação

Com o advento do novo Decreto do Pregão Eletrônico, nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, novas regras passam a vigorar a partir de 28 de outubro do corrente ano. O novo normativo revoga o Decreto nº 5.450/2005 que regulamenta a modalidade na forma eletrônica, como também o Decreto nº 5.504/2005, referente a pregões realizados em virtude de transferências voluntárias de recursos públicos da União que passa a ser obrigatória a realização do Pregão Eletrônico. As alterações substanciais editadas no normativo decorreram após audiências públicas realizadas no ano de 2019, oriundas de debates com especialistas junto a diversos órgãos e entidades da administração pública, como Conselhos profissionais e sociedade civil organizada.

O Decreto nº 10.024/2019 apresenta procedimentos operacionais na licitação por pregão na forma eletrônica, promovendo alterações advindas de posicionamentos pacificados do Tribunal de Contas da União, consolidando a atualização da ferramenta no sistema ComprasNet, no que tange ao uso de robôs, ao "tempo aleatório", além da inclusão de novas diretrizes adotadas na Etapa de Lances e na Fase de Habilitação, inovando a forma de atuação dos condutores do certame, em vista das novas práticas procedimentais a serem aplicadas.

As inovações consolidadas nas novas regras do normativo impõe-se como de extrema relevância o conhecimento por parte não só dos Pregoeiros e Equipes de Apoio, como também dos diversos profissionais que atuam nas etapas do processo licitatório, sendo imprescindível, seguindo orientações do artigo 16, § 3º do Decreto o estabelecimento de "plano de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório, a serem implementadas com base em gestão por competências"

Daí a importância da compreensão e aprendizado das novas práticas a serem adotadas, através da qualificação teórico-jurídico e prático da condução do processo licitatório como um todo, evitando o insucesso do certame e prejuízos ao interesse público.

O conteúdo do programa apresentado no Curso "As Novas Regras do Pregão Eletrônico – Decreto nº 10.024/20 - Capacitação e Especialização de Pregoeiros e Equipes de Apoio" objetiva capacitar o profissional a atuar nas tarefas rotineiras e condução do pregão eletrônico, elucidando as dificuldades enfrentadas nas diversas fases da licitação, desde a fase interna até a conclusão do procedimento com a contratação pela Administração.



DIFERENCIAL DIDÁTICO

O diferencial do treinamento situa-se na metodologia didática com enfoque prático, esclarecendo pontos de dúvidas envoltas em cada fase com os problemas que, assiduamente, ocorrem nos editais de pregões a ser aprovado pela Assessoria Jurídica, nos termos legais e na sessão pública evitando possíveis impugnações ao ato convocatório ou recursos nas sessões públicas.

A realização de simulado com acompanhamento nas telas do Pregoeiro e Fornecedores do sistema ComprasNet, propicia a elucidação das dúvidas de cada etapa do Pregão, implica em produzir resultados favoráveis na condução do certame, ultimando na adoção de prática de atos com a devida segurança técnica e jurídica para o êxito e sucesso da contratação.

Evento formatado para os agentes e profissionais cujas atribuições envolvem a tomada de decisão diária em procedimentos de contratação pública e apuração de responsabilidade, a qual exige o conhecimento das melhores práticas utilizadas pela Administração, no tema proposto, através do emprego das novas práticas aplicáveis em torno do normativo do Decreto nº 10.024/2019, tornando mais eficientes e eficazes os atos de gestão do erário.

ENFOQUE

O Curso com abordagem essencialmente, jurídico-prático, evidenciada com absoluta relevância nas práticas vivenciadas por profissionais que atuam diretamente com a situação-problema Exposição e Simulado das novas regras previstas no Decreto nº 10.024/2019.

OBJETIVO

Convocar os participantes à discussão acerca da participação eficiente da modalidade Pregão desde o seu nascedouro.

Especializar o servidor na condução do pregão na forma eletrônica em conformidade com o Decreto nº 10.024/2019, atentando para as responsabilidades dos atos.

Desenvolver a capacidade de o servidor aferir as situações que requeiram a segurança da condução da sessão pública no simulado da sessão pública, exercitando-se, a prática, através de estudo de casos concretos e adoção de regras específicas relacionadas ao tema.

PÚBLICO ALVO

Pregoeiros, Equipes de Apoio, Equipes Técnicas, Seção de Compras, Órgãos Requisitantes, Assessores e Procuradores Jurídicos, Controle Interno e demais profissionais e servidores que atuam direta ou indiretamente com a contratação pública, cujas atribuições envolvem responsabilidade dos atos, visando ao atendimento do plano de capacitação previsto no Decreto nº 10.024/2019.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pregão – Inovações na Norma – Decreto 10.024/2019

Módulo I - 2 h

- Objeto e âmbito da Aplicação
- Bens e serviços comuns de Engenharia – A polêmica em torno das Súmulas 257 e 261
- Bens e Serviços Especiais – Complexidade Técnica – Justificativas
- Aplicabilidade do Pregão nas Esferas Federal, Estadual e Municipal
- Obrigatoriedade da Dispensa Eletrônica
- Excepcionalidades para adoção do Pregão Presencial
- Obrigatoriedade às Transferências Voluntárias da União - Comprasnet

Princípios – Designação e Capacitação

- Princípios – A importância de cada princípio na tomada de decisão
- Inovação - Desenvolvimento Sustentável em toda a contratação
- Designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio
- A obrigatoriedade do Plano de Capacitação

Rol de Definições

- O correto entendimento e aplicação do rol de definições dos atos do pregão

Rol de Vedações

Módulo II – 4 h

- Fase Preparatória do Pregão
- Estudo Técnico Preliminar - Documento obrigatório
- Especificação do objeto e método de execução contratual
- O Termo de Referência eficiente para o sucesso do pregão
- Características do Pregão e Formas de adoção
- Valor Estimado ou Máximo Aceitável – Adoção da IN 05/2014
-

Módulo III 4 h

- Elaboração do Edital e seus anexos. Cautelas:
- Objeto bem elaborado tecnicamente – Súmula 177
- Pregão para serviços de Engenharia – Súmulas 257 e 260
- Pregão por Itens – Lote (justificativa) – Súmula 247
- Regras LC 123 – Exclusividade ME e EPP – 25% objetos divisíveis para ME e EPP
- Pregão pelo Sistema de Registro de Preços (IRP)
- Permissão de Adesão em Edital – Justificativas – Ac. TCU 1.297/2015-P e 2.037/2019-
- Convocação de outros licitantes no SRP - Atender o total estimado da contratação
- Critério de Julgamento
- O Caráter Sigiloso do Valor Estimado – Momento de Divulgação – Exceção
- Aceitabilidade da Proposta



- Modo de Disputa
- Intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances
- Documentos de Habilitação – Exigências Legais e Exorbitantes
- Minuta do Contrato ou Ata de SRP, quando for o caso
- Apreciação e aprovação da Assessoria Jurídica
- Autorização de abertura da licitação pela autoridade competente
- Atribuições do Pregoeiro e Equipe de Apoio - Responsabilidade

Módulo IV - 4 h

Fase Externa do Pregão Teórico-Jurídico na ótica do TCU

- Publicidade – Alterações
- Impugnações – Cautelas Prazos – Responsabilidade - Princípio da Autotutela
- Responsabilidade Técnica e Jurídica às respostas aos questionamentos
- Aspectos vinculantes dos esclarecimentos e prazos
- Envio pelos Licitantes de Propostas e documentos de habilitação, simultaneamente
- Abertura da Sessão Pública
- Análise da Conformidade das Propostas com os requisitos do edital
- Desclassificação fundamentada e registrada no sistema
- Classificação de Propostas – Fase Competitiva
- Cautela quanto ao cumprimento do intervalo mínimo do valor ou percentual de redução de lances - Edital
- Desconexão com o sistema - Prazos

Módulo V - 2 h – Identificação de Situações Polêmicas – Soluções

- **Etapas de Lances**
- **Modos de Disputa - Aberto e Aberto e Fechado**

Aberto

- Etapa de envio de lances em tempo fixo determinado
- Possibilidade de prorrogações automáticas via sistema
- Pregoeiro - Prorrogação da fase de lances. Justificadamente

Aberto e Fechado

- Fase inicial de envio de lances
- Tempo aleatório do sistema
- Novas oportunidades de Lance Final e Fechado Sigiloso
- Possibilidade de Reinício da Fechada

Critérios de Desempate

- LC 123 – ME e EPP
- Critérios do § 2º da Lei 8.666/93
- Desempate pelo sistema eletrônico por ausência de Lances após a etapa competitiva



Módulo VI - 2 horas – Abordagem de casos práticos – Cautelas Procedimentais

Fase de Aceitação

Negociação - Alteração Procedimental

Análise do Produto/Serviço e Valor

Situações de demonstração de planilhas de custos – Prazo

Situações de Exigências de Amostras e Laudos – Prazo

Suspensão da Sessão – Possibilidade – Data para análise dos demais licitantes

Comunicação de data para Reinício da Sessão - Prazo

Módulo VII - 2 h– Abordagem de casos práticos – Cautelas Procedimentais

• Fase de Habilitação – Exigências Documental – Segurança Jurídica

- Documentos obrigatórios e exorbitantes
 - Documentação Jurídica/Fiscal/Financeira
 - Qualificação Técnica
 - Garantia Contratual
-
- Diligências – Saneamento de Erros ou Falhas - Prazos para Reinício da Sessão
 - Suspensão da Sessão – Prazo para Retorno

Módulo VIII - 3 h – Abordagem de casos práticos – Cautelas Procedimentais

• Fase Recursal

- Intenção de Recurso
- Prazo para apresentação das razões do Recurso
- Prazo para contrarrazões
- Relatório de Recurso – Decisão do Pregoeiro
- Análise pela Autoridade Competente
- Possibilidade de Retorno de Fase

•

• Atos Administrativos – Finalidade e Formalização

- Adjudicação
- Homologação
- Retorno à fase anterior/Ata complementar
- O Cadastro Reserva - Convocação de outros licitantes no Sistema de Registro de Preços -
- Anulação e Revogação
- A formalização do processo da licitação
- Contratação
- Participação de empresa estrangeira - Procedimento
- Dispensa Eletrônica – Expansão da Cotação Eletrônica – Regulamentação



Módulo X - 3 h – Enfoque na ótica de Acórdãos do TCU

- **Sanções e Penalidades**
 - Situações que implicam em Sanções e Penalidades a Licitantes e Contratados
 - Obrigatoriedade da Justificativa para não abertura de Procedimento Apuratório
 - Quando sancionar?
 - Dosimetria da pena
 - Quando não sancionar
 - A responsabilidade dos agentes por culpa ou dolo na omissão do caráter sancionatório
 - Multa Moratória e Compensatória

- **Simulado no Sistema Eletrônico ComprasNet**
Acompanhamento de uma Sessão do Pregão – Pregoeiro e Fornecedor

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

Simulado O participante acompanhará as inovações do sistema eletrônico com acesso à tela do Pregoeiro e do Fornecedor, visualizando o passo a passo de um procedimento licitatório desde o início da sessão pública, até a conclusão do pregão com a homologação do certame e contratação do objeto.

Soluções de casos concretos ocorridos no Pregão Eletrônico com soluções à Luz da Jurisprudência no TCU

As situações contidas no conteúdo programático foram vivenciadas e solucionadas através de estudo aprofundado dos casos, diligências junto ao provedor, questionamentos na área jurídica de diversas Consultorias, inclusive o corpo técnico-operacional e jurídico do SERPRO. Análise de Decisões e Acórdão do TCU e Doutrinas e Pareceres sobre a Matéria.



PASSO A PASSO – SIMULADO

- Utilização do sistema
- Fluxo de trabalho do Pregão Eletrônico
- Menu do Pregão Eletrônico
- Vinculação da Equipe do Pregão
- Inclusão de impugnações, esclarecimentos e avisos
- Sessão Pública do Pregão
- Demonstração da Sessão – Pregoeiro e Fornecedor
- Cautela com os Esclarecimentos Vinculantes - Início da Sessão
- Análise das Propostas
- Classificação e Desclassificação fundamentada no sistema
- Atuação do Pregoeiro com as novas regras de disputa
- Competição - Fase de Lances Aberta e Aberta e Fechada – Passo a Passo
- Critérios de Desempate
- Negociação – Menor Valor
- Análise da Proposta Melhor Classificada - Aceitação e Recusa
- Exigência de Amostras e Laudos – Procedimento
- Procedimentos de Suspensão da Sessão para Análise
- Convocação na Ordem de Classificação
- Habilitação e Inabilitação - Consequências
- Benefícios - ME e EPP – Lei Complementar 123
- Situação de complementação de documentos enviados junto à Proposta – Cautela
- Inabilitação - Retorno de Fase de Lance Fechado
- Diligências – Saneamento de Erros ou Falhas – Fase da Aceitação e Habilitação
- Declaração de Vencedor
- Fase Recursal
- Análise e Decisão de Recurso
- Adjudicação do Pregão
- Ata da Sessão
- Possibilidade de Retorno de Fase
- Ata Complementar
- Homologação do Pregão
- Cadastro Reserva
- Alerta às obrigações dos integrantes do Cadastro Reserva – Sujeito às sanções

Questões Práticas – Perguntas e Respostas – Soluções a serem demonstradas no Simulado (Ciclo de Evolução do Pregão)



1° Passo

Impugnações e Pedidos de Esclarecimentos

Quais as inovações em relação aos prazos de impugnação e pedido de esclarecimento?

Quem analisa as impugnações e pedidos de esclarecimentos de quaisquer compras ou serviços que envolvam aspectos técnicos, incluindo os serviços de engenharia realizados por Pregão?

Qual a responsabilidade do Pregoeiro, Assessoria Jurídica e Autoridade Competente nas respostas a esses documentos?

Como proceder a inclusão dos referidos documentos no sistema eletrônico?

2° Passo

A Sessão Pública no Pregão Eletrônico – Roteiro de Execução.

A quem cabe o Credenciamento dos Pregoeiros e Fornecedores no Sistema Eletrônico? Artigos

Qual a finalidade da declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação – Quais as consequências do descumprimento?

3° Passo

Análise de Propostas - Classificação e Desclassificação - Procedimento e Consequências

Em quais situações é possível a desclassificação de proposta? Em quais momentos?

Cotação de Preços Unitários e Globais - Como proceder em caso de equívoco na cotação? Há possibilidade de saneamento?

AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO AO EDITAL NOVO DISCIPLINAMENTO DA ETAPA DE LANCES

Modos de Disputa

Aberto

- Etapa de envio de lances em tempo fixo determinado
- Possibilidade de prorrogações automáticas via sistema
- Pregoeiro - Prorrogação da fase de lances. Justificadamente

Aberto e Fechado

- Fase inicial de envio de lances
- Tempo aleatório do sistema
- Novas oportunidades de Lance Final e Fechado Sigiloso
- Possibilidade de Reinício da Fechada

Critérios de Desempate

- LC 123 – ME e EPP
- Critérios do § 2º da Lei 8.666/93
- Desempate pelo sistema eletrônico por ausência de Lances após a etapa competitiva



Análise e Aceitabilidade das propostas – O Dever das Diligências – Acórdãos do TCU

A obrigatoriedade de diligências visando sanear erros ou falhas – Os limites da atuação do Pregoeiro – A Equipe Técnica participa da Sessão Pública?

A suspensão da sessão para análise de Planilha de Composição de Custos, Catálogos e Amostras. Quais as cautelas? Princípio da ampla defesa. Direitos dos Licitantes

Da obrigação da vinculação (indicação) na proposta de Marca, Modelo e Fabricante - Quando desclassificar ou sanear? Acórdão do TCU

Negociação – Análise dos Preços Finais em relação ao valor estimado somente de Proposta Aceita quanto ao objeto

A adoção dos Direitos de Preferência

A adoção da Lei Complementar 147

As peculiaridades do julgamento de pregão pelo Sistema de Registro de Preços

Os casos de apuração de responsabilidade na recusa de propostas

Os prejuízos da desistência do licitante em manter os preços cotados

A apuração da responsabilidade e penalidades aplicáveis ao licitante denominado "coelho"

4° Passo

Análise das Condições de Habilitação das Empresas Primeiras Colocadas

Habilitação e Inabilitação – Documentação Exigível e Restritiva

Consequências da Inabilitação – Convocação dos remanescentes – Cautelas com as Pequenas Empresas

Cautela com a auto inabilitação e auto desclassificação – Lei 12.846/2013

Dos Prazos conferidos às Pequenas Empresas decorrentes da LC nº 123 para a regularização fiscal

5° Passo

Dos Recursos

Recursos administrativos – Momento – Motivação – Admissibilidade – Desistência – Julgamento

Do Relatório do Pregoeiro

Da Possibilidade de Alteração da Decisão do Pregoeiro e Retorno de Fases

Os Procedimentos para Alteração de Fases

6° Passo

Da Adjudicação e Homologação - Anulação e Revogação

Da Anulação e Revogação – O cumprimento dos prazos legais

Casos de Cancelamento do Pregão – Quando ocorre?



7º Passo

Da Convocação para a Assinatura do Contrato ou Instrumento Equivalente

Os prejuízos da não assinatura do contrato ou retirada de termo equivalente

A participação dos agentes responsáveis pela convocação e as consequências e procedimentos pela recusa por parte da empresa

Como proceder na convocação dos remanescentes? Retorno de fase na prática – As justificativas necessárias e a requerida apuração de responsabilidade

O cumprimento das determinações dos Acórdãos 1793/2011 – Plenário e 715/2015 – Plenário